



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS  
CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

**219ª ASSEMBLEIA ORDINÁRIA**

**10 A 11 DE JULHO DE 2013**

**ATA**

1 Às quatorze horas, do dia dez, do mês de julho, do ano de dois mil e treze, em  
2 Brasília, Distrito Federal, reuniu-se o Conselho Nacional dos Direitos Humanos da  
3 Criança e do Adolescente (Conanda), em sua ducentésima décima nona Assembleia  
4 Ordinária, sob a Presidência da Sra. Maria Izabel da Silva, Conselheira  
5 Governamental, representante da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da  
6 República (SDH/PR). **Estiveram Presentes, os Conselheiros Governamentais:**  
7 Sra. Marina Leite da Silveira, representante do Ministério da Cultura (MinC); Sra.  
8 Lázara Lorena de Oliveira Gvozdanovic Villar, representante do Ministério do  
9 Esporte (ME); Sr. Jordelino Serafim dos Reis, representante do Ministério da  
10 Fazenda (MF); Sra. Thereza de Lamare Franco Netto, representante do Ministério da  
11 Saúde (MS); Sr. Danyel Iório de Lima, representante do Ministério do Planejamento,  
12 Orçamento e Gestão (MPOG); Sr. Davi Ulisses Brasil Simões Pires, representante  
13 do Ministério da Justiça (MJ); Sr. Francisco Antônio de Souza Brito, representante do  
14 Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS); Sr. Fábio Meirelles  
15 Hardman de Castro, representante do Ministério da Educação (MEC). **Os**  
16 **Conselheiros Não-Governamentais Titulares:** Sra. Maristela Cizeski,  
17 representante da Pastoral da Criança; Sr. Andre Franzini, representante da Pastoral  
18 do Menor da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB); Sra. Miriam Maria  
19 José dos Santos, representante da Inspeção São João Bosco (Salesianos); Sr.  
20 Fábio Feitosa da Silva, representante da União Brasileira de Educação e Ensino  
21 (UBEE Marista); Sra. Esther Maria de Magalhães Arantes, representante do

22 Conselho Federal de Psicologia (CFP); Sr. Rogério Lima de Aguiar, representante  
23 da Aldeias Infantis SOS Brasil; Sra. Alessandra Mara França, representante da  
24 Criança Segura; Sra. Erivã Garcia Velasco, representante do Conselho Federal de  
25 Serviço Social (CFESS); Sr. Edmundo Ribeiro Kroger, representante do Centro de  
26 Educação e Cultura Popular (Cecup); Sra. Glícia Thais Salmeron de Miranda,  
27 representante da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). **Os Conselheiros Não-**  
28 **Governamentais Suplentes:** Sr. Pedro Affonso Duarte Hartung, representante do  
29 Instituto Alana; Sr. Francisco Rodrigues Correa, representante da Federação  
30 Nacional dos Empregados em Instituições Beneficentes, Religiosas e Filantrópicas  
31 (Fenatibref); Sr. Adriano de Britos, representante da Federação Brasileira das  
32 Associações Cristã de Moços; Sr. Carlos Nicodemos Oliveira da Silva, representante  
33 do Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH); Sra. Rachel Niskier Sanchez,  
34 representante da Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP); Sr. David Marcial Ortolan,  
35 representante do Escoteiros do Brasil. **Coordenação-Geral do Conanda:** Sra.  
36 Carolina de Oliveira Brandão, Coordenadora-Geral do Conanda. **Convidados:** Sra.  
37 Ministra Maria do Rosário, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da  
38 República (SDH/PR); Sra. Senadora Lídice da Mata e Souza, da Frente Parlamentar  
39 em Defesa da Criança e do Adolescente do Congresso Nacional; Dr. Paulo Garrido,  
40 do Ministério Público (MP); Dr. Saraiva, Juiz da Infância; Dra. Hélia Barbosa,  
41 Defensora Pública; Sra. Cassimira, do Fundo das Nações Unidas para a Infância  
42 (Unicef); Sr. Benedito; da SDH; Sr. Antônio Rodrigo, da Ordem dos Advogados do  
43 Brasil (OAB); Sra. Secretária Angélica Moura Goulart, da Secretaria Nacional de  
44 Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente (SNPDCA); Sr. Claudio Vieira,  
45 da Coordenação do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase); Sra.  
46 Thaís, do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP); Sr. Marcio, Assessor da  
47 Senadora Lídice da Mata; Dr. Jefferson Aparecido Dias, representante do Ministério  
48 Público Federal; Sr. Secretário Gleisson Cardoso Rubin, da Secretaria de Gestão da  
49 Secretaria de Direitos Humanos (SDH), Sr. Cassiano e Sr. Cléber, da equipe da  
50 Secretaria de Gestão da Secretaria de Direitos Humanos (SDH). **Pauta. 1)** Reunião  
51 das Comissões Temáticas; **2)** Abertura da Assembleia, discussão e aprovação da  
52 Pauta; **3)** Parceria firmada com BNDES para fortalecimento do FNCA – Ministra  
53 Maria do Rosário; **4)** Apresentação da Proposta de Enfrentamento ao Rebaixamento  
54 da Maioridade Penal – representantes do GT específico; **5)** Apresentação da

55 proposta de PL que instituirá o Sistema Nacional de Proteção a Pessoas  
56 Ameaçadas – Secretaria Executiva da SDH/PR; **6)** Encerramento; **7)** Relato das  
57 comissões; **8)** Apresentação sobre Orçamento 2013 - Secretaria de Gestão da  
58 Política de Direitos Humanos da SDH/PR; **9)** Informes da mesa diretora; **10)**  
59 Encerramento. **Abertura da Assembleia, discussão e aprovação da Pauta.** A Sra.  
60 **Presidenta** abriu a reunião cumprimentando a todos e informou que houve a  
61 justificativa de ausência antecipada dos Conselheiros Erika, Diego e Tânia, e que,  
62 portanto, os três primeiros Conselheiros Suplentes da Sociedade Civil haviam sido  
63 convocados para a Assembleia. No entanto, na segunda-feira, recebeu-se a  
64 informação que a Conselheira Roseli não poderia se fazer presente, como uma das  
65 suplentes convocadas, porque ela não estava bem de saúde, assim como o  
66 Conselheiro Marco Antônio, que também havia tido um problema pessoal e não  
67 poderia estar presente. Em seguida, apresentou a questão de que havia dois  
68 Conselheiros Titulares ausentes, e que segundo o Regimento Interno, não poderiam  
69 ser substituídos pelos Conselheiros Suplentes, tendo em vista, que o Conselheiro  
70 convocado, deveria avisar com oito dias de antecedência a impossibilidade de sua  
71 presença, para que se pudessem convocar os Suplentes. A Conselheira **Maristela**  
72 apresentou questão de ordem, propondo que a plenária conduzisse a substituição  
73 de titularidade os Conselheiros Suplentes presentes, mesmo que não estivessem  
74 convocados para tal. A Sra. **Presidenta** informou que o Regimento Interno era  
75 omissivo quanto a questão apresentada e remeteu a discussão ao colegiado, que  
76 deliberou que: os Conselheiros Suplentes presentes, que não haviam sido  
77 convocados de acordo com o Regimento, assumissem a titularidade em substituição  
78 a Conselheira Roseli e ao Conselheiro Marco Antônio, devidamente convocados, e  
79 que haviam justificado ausência, sendo estes, o Conselheiro Pedro e a Conselheira  
80 Raquel. O Sr. **Vice-Presidente** solicitou que fosse encaminhado pela plenária que  
81 essa deliberação valesse também em nova circunstância de substituição de  
82 Conselheiro sem convocação prévia, até o novo Regimento, ou pelo menos no  
83 mandado desse Conselho que estava preenchendo a omissão da regra, para que  
84 não se precisasse retornar ao assunto, o que foi aprovado. A Sra. **Presidenta**  
85 passou para a apreciação da pauta, sugerindo que fosse incluído no item relato das  
86 Comissões, o relato dos Grupos de Trabalho (GTs) da Reforma Política e do Plano  
87 Decenal. O Sr. **Vice-Presidente** sugeriu que no dia onze, das nove as onze horas,

88 houvesse a continuidade da reunião das Comissões e logo após, se fizessem os  
89 relatos em plenária, também solicitou que fosse incluído o relato da segunda visita  
90 ao município de Altamira. A Sra. **Presidenta** sugeriu que o relato de Altamira e,  
91 também, de Macapá, fizessem parte da pauta dos informes da Mesa Diretora, ao  
92 final, aprovou-se pela manutenção da pauta do dia dez e pela seguinte pauta para o  
93 dia onze: das nove às onze horas, reunião das Comissões; das onze as doze horas  
94 e trinta minutos, relato das Comissões e dos GTs da Reforma Política e do Plano  
95 Decenal; das quatorze as dezesseis horas, apresentação sobre o orçamento pela  
96 Secretaria de Gestão da SDH; a partir das dezesseis horas, informes da Mesa  
97 Diretora, incluindo relato da segunda visita a Altamira e do monitoramento do  
98 Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase) em Macapá. **Parceria**  
99 **firmada com BNDES para fortalecimento do FNCA – Ministra Maria do Rosário;**  
100 **Apresentação da Proposta de Enfrentamento ao Rebaixamento da Idade Penal**  
101 **– representantes do GT específico; Apresentação da proposta de PL que**  
102 **instituirá o Sistema Nacional de Proteção a Pessoas Ameaçadas – Secretaria**  
103 **Executiva da SDH/PR.** A Sra. **Presidenta** convidou para compor a mesa de  
104 trabalho, a Ministra Chefe da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da  
105 República (SDH/PR), Sra. Maria do Rosário, a Sra. Senadora Lídice da Mata, da  
106 Frente Parlamentar em Defesa da Criança e do Adolescente do Congresso  
107 Nacional; o Dr. Paulo Garrido, do Ministério Público (MP), o Dr. Saraiva, Juiz da  
108 Infância, a Dra. Hélia Barbosa, Defensora Pública, a Sra. Cassimira, do Fundo das  
109 Nações Unidas para a Infância (Unicef), o Dr. Antônio Rodrigo, da Ordem dos  
110 Advogados do Brasil (OAB), a Sra. Secretária, da Secretaria Nacional de Promoção  
111 dos Direitos da Criança e do Adolescente (SNPDCA), Angélica Moura Goulart, e o  
112 Sr. Claudio Vieira, da Coordenação do Sistema Nacional de Atendimento  
113 Socioeducativo (Sinase), para tratamento dos seguintes pontos de pauta: parceria  
114 firmada com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)  
115 para fortalecimento do Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente (FNCA);  
116 enfrentamento ao rebaixamento da idade penal; proposta do Projeto de Lei (PL)  
117 sobre a instituição do Sistema Nacional de Proteção a Pessoas Ameaçadas. A Sra.  
118 **Ministra Maria do Rosário** saudou o Conanda, agradecendo a acolhida para  
119 tratamento da pauta proposta pela SDH, cumprimentou a todos, dizendo que estava  
120 muito feliz em estar no Conselho e que queria fazer uma saudação carinhosa e de

121 gratidão ao Conanda por tudo o que ele significava para o Brasil, para as crianças e  
122 adolescentes, destacando a presença dos ex-Presidentes do Conselho, Sra. Miriam,  
123 Sr. Fábio, Sr. Cláudio, e Sr. Bene e fazendo uma menção especial a Sra. Presidenta  
124 Maria Izabel, dizendo que estava satisfeita com o seu trabalho. Expressou também a  
125 satisfação em encontrar-se na mesma reunião com a Sra. Senadora Lídice da Mata,  
126 que possuía uma trajetória tão importante e que no Senado, se apresentava como  
127 defensora das melhores causas de direitos humanos, agradecendo seu mandato.  
128 Destacou ainda, as figuras do Dr. Saraiva, de um largo período de execução das  
129 medidas socioeducativas, do Dr. Paulo Garrido, parceiro de muita atuação em  
130 defesa dos direitos humanos, da Dra. Hélia Barbosa, com trajetória na causa dos  
131 direitos da criança, contra a exploração sexual, da Sra. Cassimira que, além da sua  
132 trajetória de vida intercontinental também representava o Unicef, o Dr. Antônio  
133 Rodrigo, representando a Comissão de Direitos Humanos da OAB. Em seguida,  
134 anunciou que estava se trabalhando muito para buscarem-se aportes para o FNCA e  
135 que a SDH havia conquistado um novo parceiro, para o ano em curso e para os  
136 próximos anos, acreditando que com uma perspectiva bastante sustentável de  
137 contribuições. Tratava-se do BNDES, que já havia depositado dois milhões e setenta  
138 mil reais no Fundo Nacional e que faria um novo depósito até o final do ano,  
139 perfazendo um total de quatro milhões de reais de contribuição, numa parceria com  
140 a SDH, visando à política de fortalecimento dos Conselhos de Direitos estaduais e  
141 municipais, que dizia respeito a uma diretriz da Conferência e do Conanda.  
142 Anunciou também que o segundo aspecto de seu pronunciamento, partindo de um  
143 patamar absolutamente contra à redução da idade penal, tratava-se de apresentar  
144 ao Conanda, um estudo sobre alternativas a redução da idade penal, que estava em  
145 andamento ao longo dos últimos meses, por um grupo mobilizado, inicialmente, pelo  
146 Unicef e no qual a SDH havia se integrado. Explicou que a proposta desse estudo  
147 havia passado por algumas consultas internas a alguns Ministros, aos Conselheiros  
148 Governamentais do Conselho, à reunião mensal de Promotores, e que esta seria a  
149 primeira apresentação a um fórum público, sendo este, o Conanda. Em seguida, a  
150 Sra. Senadora **Lídice da Matta** cumprimentou a todos, agradecendo ao Conanda e  
151 em especial, a Sra. Presidenta e ao Sr. Vice-Presidente do Conselho, pela abertura  
152 de espaço a Frente Parlamentar em Defesa da Criança e do Adolescente do  
153 Congresso Nacional, a qual representava, para que se discutissem caminhos de

154 enfrentamento da situação de mobilização, não só do Parlamento, mas sobretudo,  
155 da opinião pública em favor da redução da idade penal. Explicou que como uma das  
156 coordenadoras, buscou na Frente Parlamentar do Senado, articulação com o  
157 convenio do Unicef, que pudesse abrir caminho para um debate alternativo ao que  
158 estava posto e que foi através da parceria entre Frente Parlamentar e Unicef, que se  
159 constituiu um grupo de trabalho composto por juristas, comprometidos com a causa  
160 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que estava estudando a formulação  
161 de uma proposta alternativa à redução da idade penal, cuja a mesma, se colocava  
162 para apreciação do Conanda. O Dr. **Paulo Afonso** cumprimentou a todos e registrou  
163 sua satisfação em encontrar-se numa reunião do Conanda, esclarecendo que nos  
164 últimos seis meses havia sido chamado para opinar sobre os Projetos de Lei em  
165 tramitação no Congresso Nacional, que tratavam da redução da idade penal e que,  
166 nesse período, vinha apontando as ilegalidades, as inconstitucionalidades,  
167 flagrantes da redução de responsabilidade pela violação dos princípios da  
168 brevidade, da excepcionalidade e do respeito à condição peculiar, de pessoa em  
169 processo de desenvolvimento, propugnada na Constituição da República e que, em  
170 razão dessa demanda, havia recebido o convite do Unicef, para compor um grupo  
171 de trabalho que culminou com a proposta do projeto de responsabilização  
172 progressiva, para casos que se tratasse de atos infracionais de extrema gravidade,  
173 ou de violência extrema, possibilitando a migração do adolescente para um sistema  
174 de maior responsabilização. Após a apresentação em linhas gerais do projeto e  
175 encerrada a discussão, a Sra. **Presidenta** agradeceu a presença da Sra. Ministra,  
176 da Sra. Secretária Angélica, da Sra. Senadora e de todos os membros do grupo de  
177 trabalho, propondo que se abrisse para os encaminhamentos. O Conselheiro **Carlos**  
178 **Nicodemus** solicitou pedido de vistas da matéria, com base no artigo trinta e oito do  
179 Regimento Interno, na perspectiva de apresentar um parecer sobre a questão, o que  
180 foi aprovado, determinando-se o prazo de dez dias para sua apresentação. Também  
181 definiu-se pela realização de uma Assembleia Extraordinária, para análise tanto do  
182 PL, quanto do pacote de metas e ações do Governo para o Sinase. Para a  
183 realização da Assembleia Extraordinária decidiu-se pelos seguintes  
184 encaminhamentos: circular para todos os Conselheiros a proposta do Anteprojeto de  
185 Lei e a apresentação do Dr. Paulo, sobre o Anteprojeto e o estudo comparado da  
186 Unicef, de como o assunto foi tratado em outros países; levantamento das condições

187 de prazos de passagens para definição da data da Assembleia Extraordinária, na  
188 plenária no dia seguinte. Além disso, paralelamente a esses novos  
189 encaminhamentos decidiram-se: pela continuidade das ações que o Conselho vinha  
190 desenvolvendo: construção de um plano de ação em conjunto com todos os  
191 Ministérios, para a implementação da Lei do Sinase; agenda propositiva e positiva  
192 nos estados; ação junto ao Congresso. Quanto a questão da campanha de  
193 comunicação, a Sra. **Presidenta** esclareceu que estava em desenvolvimento o  
194 termo de referência para contratação de consultoria, para elaboração do plano de  
195 comunicação do Conanda e que nele, estaria, incluídas as campanhas. Finalizados  
196 os encaminhamentos, a Sra. **Presidenta** encerrou os trabalhos, convocando os  
197 Conselheiros para continuidade da Assembleia, a partir das onze horas do dia de  
198 seguinte. **Relato das Comissões. Comissão de Mobilização e Formação (CMF).**  
199 A Sra. **Presidenta** iniciou os trabalhos cumprimentando a todos e passou para o  
200 relato da CMF, que apresentou três assuntos, sendo o primeiro referente a  
201 apresentação da pauta do encontro, nos dias quatorze e quinze de agosto, com os  
202 conselhos estaduais. A Sra. **Presidenta** solicitou a correção de data, tendo em vista,  
203 que no dia quatorze estava programada à atividade no Congresso. A Comissão  
204 então reformulou a programação do encontro para os dias quinze e dezesseis de  
205 agosto, da seguinte forma: no dia quinze, das nove as treze horas, apresentação  
206 dos planos estaduais, vinte minutos, um por região; e discussão dos planos  
207 apresentados, com previsão de quarenta minutos; intervalo para almoço, de uma  
208 hora e meia; das quatorze e trinta até as dezoito horas, apresentação do Plano  
209 Decenal, pelo Coordenador do Sinase; e propostas de controle das violações. No dia  
210 dezesseis, das nove as treze horas, discussão sobre o eixo três, vinte minutos, para  
211 cada região apresentar as suas atividades de implementação da participação dos  
212 adolescentes; quarenta minutos para debate das atividades apresentadas; intervalo  
213 para almoço de uma hora e meia; às quatorze e trinta, apresentação sobre a reforma  
214 política do Conanda; debate sobre a reforma política apresentada. Após as  
215 discussões, encaminharam-se para a reformulação dos objetivos específicos do  
216 encontro, a saber: criar uma agenda propositiva para a elaboração e implementação  
217 do Plano Estadual Decenal da Criança e do Adolescente, Plano Estadual do Sinase,  
218 Plano Estadual de Participação de Criança e Adolescente, conforme o eixo três;  
219 implementação da política de atendimento socioeducativa; e avaliar as estratégias

220 de mobilização do ato realizado no Congresso Nacional, em relação ao tema da  
221 redução da idade penal e outras propostas em trâmite naquela Casa. A partir disso,  
222 decidiu-se que a Comissão reorganizasse a pauta, que esta seria enviada por e-  
223 mail, para que os Conselheiros apresentassem suas sugestões. Outro ponto  
224 apresentado pela Comissão foi a resolução da participação de crianças e  
225 adolescentes, que seria enviada naquele mesmo dia, para a Secretaria Executiva,  
226 afim de que fosse repassada a minuta pelos correios, com prazo de quinze dias, até  
227 vinte e dois de julho, para que todos os Conselheiros pudessem retornar com as suas  
228 contribuições, depois disso, a Comissão faria a consolidação do texto da resolução,  
229 para aprovação na assembleia de agosto. Tendo sido o encaminhamento aprovado,  
230 a Comissão informou que a pauta da Assembleia Decentralizada de Tocantins havia  
231 sido elaborada, tendo por base a pauta de Teresina, e que ela seria enviada para o  
232 Conselho Estadual, para que pudesse fazer suas contribuições e, a partir disso, a  
233 Comissão consolidaria a proposta de pauta para apreciação na próxima assembleia,  
234 o que foi aprovado. Em seguida, a Comissão informou sobre a realização da  
235 primeira reunião com o Sistema de Garantia de Direito (SGD), junto com a reunião  
236 da Mesa Diretora, com grande presença das representações do SGD, do Governo  
237 do Distrito Federal (GDF), além do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e da  
238 Defensoria Pública Federal, onde surgiram os seguintes encaminhamentos: reuniões  
239 com uma única temática; na próxima reunião da Mesa Diretora a temática a ser  
240 discutida com o SGD seria o Sinase; e a partir dessa reunião se estabeleceria uma  
241 agenda de temas permanentes, tendo sido os encaminhamentos aprovados.

242 **Apresentação sobre Orçamento 2013 - Secretaria de Gestão da Política de**  
243 **Direitos Humanos da SDH/PR.** A Sra. **Presidenta** convidou o Sr. Secretário  
244 Gleisson Cardoso Rubin, da Secretaria de Gestão da SDH, o Sr. Cassiano e o Sr.  
245 Cléber, também, da Secretaria de Gestão da SDH, para apresentação do orçamento  
246 SDH e Conanda. O Sr. Secretário **Gleisson Rubin** cumprimentou a todos e  
247 apresentou, em linhas gerais, a situação do recurso disponível em dois mil e treze,  
248 através do histórico das arrecadações e do histórico da execução orçamentária do  
249 Fundo Nacional, e o histórico das emendas parlamentares, em seguida, em razão do  
250 tempo, focou-se a discussão no bloco de despesas referentes as diárias e  
251 passagens, decidindo-se pelos seguintes encaminhamentos: apresentação pela  
252 Secretaria de Gestão, do orçamento dois mil e treze na próxima assembleia;



253 utilização do saldo de passagens para o encontro de articulação com os Conselhos  
254 estaduais, sendo vinte e seis Conselhos, mais os Conselheiros do Conanda e ainda  
255 para a Assembleia Extraordinária no início de agosto; que a Secretaria juntamente  
256 com a Mesa Diretora produzisse documento de consulta, com base no parecer do  
257 Conselheiro Carlos Nicodemos, sobre a participação de Conselheiro Suplente, a  
258 Secretaria de Gestão sobre o custeio de Conselheiros Suplentes, no cumprimento  
259 das atribuições do Conanda; solicitação aos principais Conselhos deliberativos,  
260 informação sobre a matéria. A Sra. **Presidenta** registrou a felicidade por ter-se  
261 concluído, com a participação do Sr. Secretário Gleisson Rubin, a garantia da vinda  
262 dos Conselheiros, com antecedência, para a preparação do Fórum. Em seguida,  
263 passou-se a definição do público do encontro de articulação e a Sra. **Presidenta**  
264 informou que a SDH não possuía contrato com empresa de evento, que pudesse  
265 assumir toda a logística necessária para um encontro ampliado, por essa razão,  
266 propôs que o encontro se restringisse aos vinte e seis Conselhos estaduais, e um  
267 Conselho Distrital, sendo representados por um Conselheiro Governamental e um  
268 Conselheiro Não-Governamental, mais representação do Fórum Nacional dos  
269 Direitos da Criança e do Adolescente (FNDCA), mais os Conselheiros Titulares e  
270 Suplentes do Conanda, o que foi aprovado. Propôs ainda, que se programasse um  
271 outro evento específico, com os Conselhos das cidades sede da Copa do Mundo,  
272 verificando-se a possibilidade de inclusão das cidades vizinhas para setembro,  
273 remetendo-se para a Mesa Diretora apresentar proposta para o evento, na próxima  
274 assembleia. Relato das Comissões. **Relato das Comissões. Comissão de Direitos**  
275 **Humanos e Ação Parlamentar (CDHAP).** A Conselheira **Glícia** informou que  
276 CDHAP havia ficado responsável pela redação de minuta da resolução,  
277 recomendando a criação das Comissões Estaduais Intersetoriais de  
278 acompanhamento e implementação do Sinase e que havia dúvida na Comissão de  
279 que o caráter da resolução estivesse coadunado com as orientações da CDHAP,  
280 decidiu-se remeter a resolução a Comissão de Políticas Públicas (CPP), para ser  
281 apresentada na assembleia de agosto. Quanto à redação da minuta da resolução e  
282 nota técnica, sobre relacionamento mídia e criança, a Conselheira **Glícia** apresentou  
283 a proposta de que a Comissão elaboraria a minuta da resolução para apreciação em  
284 agosto, contudo, socializando antes o texto para os Conselheiros, o que foi  
285 aprovado. Consultou se a CDHAP poderia arquivar o processo que tratava do

286 prêmio Pedro Yguchi, pois decidiu-se por aguardar-se um momento mais oportuno  
287 para novo contato com a família, para o segundo semestre. Por fim, solicitou  
288 autorização para visita nas unidades de internação de São Bernardo do Campo,  
289 tendo em vista, denúncia recebida do Conselho Tutelar de ocorrência de violação de  
290 direitos, propondo-se como encaminhamento, inicialmente, a expedição de ofício ao  
291 Fórum dos Conselhos Tutelares, pedindo informações sobre a situação, para  
292 posteriormente, realizar visita às unidades. O Sr. **Vice-Presidente** sugeriu, com  
293 base na experiência de Macapá, que se solicitasse relatório ao juiz e ao MP local e  
294 ao Conselho Estadual, sobre as unidades especificadas na denúncia, para que se  
295 pudesse preparar a agenda da visita. O Conselheiro **Carlos Nicodemos** apontou  
296 que se ressentia pela ausência de um formulário padrão, que orientasse o processo  
297 de fiscalização, exemplificando o questionário utilizado na fiscalização as unidades  
298 do Espírito Santo, que continha questões indicativas sobre a situação pedagógica,  
299 de saúde, drogadição, equipamento físico etc., orientadas pelas várias dimensões  
300 da política socioeducativa com base na Convenção, no Estatuto, na Lei do Sinase,  
301 indicando a necessidade de construção de um instrumento de parâmetro objetivo, de  
302 análise da fiscalização. A Sra. **Presidenta** informou que na última reunião da Mesa  
303 Diretora, produziu-se uma proposta sobre agenda de monitoramento das unidades  
304 nos estados, conforme acordado na assembleia de junho, contendo a metodologia  
305 que passava não só pela visita, mas também agenda com o SGD, Conselhos, o que  
306 se deveria monitorar e discutir, verificação do projeto arquitetônico, projeto político  
307 pedagógico etc., propôs que circulasse o relatório da Mesa Diretora e o questionário  
308 aplicado no Espírito Santo, para que os Conselheiros retornassem com sugestões  
309 para a próxima assembleia. O Conselheiro **Davi** perguntou se havia proposta de  
310 publicação dos relatórios das visitas realizadas, ou outra forma que desse  
311 publicidade aos resultados. A Sra. **Presidenta** propôs que se remetesse para Mesa  
312 Diretora, apresentar propostas de formas, para darem visibilidade aos relatórios. A  
313 Conselheira **Maristela** disse que apesar de que a demanda estivesse com a Mesa  
314 Diretora, propôs que a CPP contribuísse com a construção da agenda e do  
315 instrumental de monitoramento, tendo em vista, que esse era um tema da Comissão.  
316 O Conselheiro **Fábio Paz** informou que havia denúncia sobre o Lar da Criança, em  
317 Cuiabá, quanto à total inadequação do espaço de acolhimento, propondo que se  
318 parametrizasse, também, as instituições de acolhimento, criando metodologia de

319 escuta, como grupos focais com crianças e funcionários. A Sra. **Presidenta** propôs  
320 que fosse remetido para a Mesa Diretora a discussão de proposta de  
321 parametrização para outros casos que não fossem somente unidades de internação.  
322 O Conselheiro **Carlos Nicodemos** problematizou a ausência de organicidade no  
323 processo de fiscalização que, dentre outras questões, apontou a necessidade de  
324 contratação de técnicos especialistas que acompanhassem os Conselheiros na  
325 fiscalização e que também fossem responsáveis pela elaboração de relatório  
326 técnico. Solicitou retorno sobre as providências apontadas no relatório do Espírito  
327 Santo. A CDHAP informou que o Conselheiro Davi ficara incumbido de apresentar,  
328 na próxima assembleia, relatório sobre o que estava pendente e o que já havia sido  
329 encaminhado, em relação às providências solicitadas no relatório do Espírito Santo.  
330 A Conselheira **Glícia** informou que no caso de Sergipe, havia acabado de realizar  
331 uma visita e que o relatório seria encaminhado para os Conselheiros. **Comissão de**  
332 **Orçamento e Finanças (COF)**. O Conselheiro **Danyel** apresentou que na COF se  
333 discutira a necessidade de errata ao Edital 2013, porque a publicação apresentou o  
334 artigo 15.2, que não constou da proposta aprovada na plenária e que a proposta do  
335 Conselheiro Fábio Feitosa, seria a publicação da errata imediatamente com a  
336 exclusão do referido artigo, porém, afirmou divergir da proposta do Conselheiro  
337 Fábio, sendo sua proposta a de solicitação de esclarecimentos técnicos a SDH, da  
338 razão da inclusão dessa cláusula. O Conselheiro **Fábio Feitosa** alegou que a  
339 plenária havia deliberado pela exclusão do artigo 15.2, quando da realização da  
340 ducentésima décima oitava Assembleia Ordinária. Decidiu-se pela imediata  
341 publicação da errata, excluindo-se a cláusula 15.2 do Edital 2013. O Conselheiro  
342 **Danyel** apresentou que havia se questionado no âmbito da COF, o porquê da logo  
343 do Conanda constar na Cartilha que foi para os Conselhos Tutelares, sendo que o  
344 Fundo não havia participado, nem do financiamento e nem da construção da política  
345 da equipagem dos Conselhos Tutelares, propondo que se solicitasse informações a  
346 SDH sobre a ocorrência. O Conselheiro **Carlos Nicodemos** complementou que se  
347 solicitasse ainda que fosse apresentado oficialmente ao Conanda, o programa e  
348 suas bases física e orçamentária. A Conselheira **Esther** alertou que além da logo,  
349 constava na publicação também o nome da Presidenta do Conanda. A Sra.  
350 **Presidenta** solicitou que se registrasse em ata, que a Presidenta havia tomado  
351 conhecimento do programa e do material de equipagem dos Conselhos Tutelares,

352 da mesma forma que todos os demais Conselheiros do Conanda. O Conselheiro  
353 **Fabio Feitosa** alertou que havia problema também na utilização da logo do  
354 Conanda nos carros enviados aos Conselhos. Em seguida, o Conselheiro **Danyel**  
355 solicitou que as Comissões enviassem retorno sobre quais os projetos que seriam  
356 monitorados por elas e apresentou a proposta da COF, de criação de um GT para  
357 ações emergenciais na mídia, para enfrentamento da redução da maioria penal  
358 com recursos do Fundo da Infância e da Adolescência (FIA), formado apenas por  
359 quatro Conselheiros, sendo dois Conselheiros da COF e dois Conselheiros da CMF.  
360 A Conselheira **Thereza** acrescentou que deveria haver participação da SDH no GT.  
361 Decidiu-se pela composição do GT com apenas um membro da COF e um membro  
362 da CMF, mais um suplente de qualquer Comissão, mais um representante da SDH,  
363 e foram indicados a Conselheira Alessandra pela CMF, Conselheiro Fabio Feitosa  
364 pela COF, Conselheiro Davi, suplente. A Sra. **Presidenta** informou que o GT de  
365 Análise de Projetos do Edital 2013 iria definir a metodologia de trabalho e circularia a  
366 proposta para todos os Conselheiros. **Comissão de Políticas Públicas (CPP)**. A  
367 CPP informou que para a oficina de depoimento sem dano, que seria realizada em  
368 setembro, havia se constituído um grupo de trabalho composto pelas Conselheiras  
369 Esther e Erivã, que elaborariam e circulariam a proposta da programação da oficina  
370 para todos os Conselheiros. A Sra. **Presidenta** lembrou que o GT da Reforma  
371 Política havia ficado com a responsabilidade de programar a oficina da reforma  
372 política antes de agosto, mas que, para aproveitar a presença dos Conselheiros na  
373 Assembleia Ordinária e dos representantes dos Conselhos estaduais, no encontro  
374 de articulação, a programação que estava pronta, foi idealizada para o dia doze, e  
375 que seria circulada com prazo de dez dias para retorno, com sugestões dos  
376 Conselheiros. Informou que a data da Assembleia Extraordinária estava prevista  
377 para a semana de vinte e nove de agosto a dois de setembro, cujo dia exato ainda  
378 seria definido em função da logística, mas que a escolha dessa semana, se dera em  
379 razão de que o lançamento do Fórum Mundial dos Direitos Humanos, ocorreria  
380 nessa semana. Não tendo mais nada a tratar, a Sra. **Presidenta** encerrou a  
381 Assembleia às dezenove horas, do dia onze, do mês de julho, do ano de dois mil e  
382 treze.  
383